

Susana Henriques. 2003. *O Universo do Ecstasy: Contributos para uma Análise dos Consumidores e Ambientes*. Azeitão: Autonomia 27. 8o pp. ISBN: 972-98918-2-6.

As drogas de síntese têm vindo a ser alvo de interesse por parte de investigadores de diversas áreas, nomeadamente das ciências sociais e humanas, pelas semelhanças que apresentam com outras substâncias psicotrópicas, mas principalmente pelas diferenças que se observam no público que as consome, nas motivações que apresenta para tal e nos contextos em que são consumidas.

Susana Henriques apresenta, neste livro, uma investigação sociológica que tem como objecto as drogas sintéticas, mais especificamente o *Ecstasy*. Com uma nota introdutória da autoria do músico Pedro Abrunhosa, somos levados a desmontar algumas ideias, frequentemente difundidas, acerca da ligação entre a música e o consumo de drogas. Efectivamente, Pedro Abrunhosa refere exemplos bem conhecidos como os de Jim Morrison, Jimmy Hendrix e Janis Joplin, entre outros, que terão certamente contribuído para que a associação se estabelecesse e consolidasse, mas conduz-nos também à reflexão que, em muito maior número, outros músicos produzem arte de qualidade sem recurso a substâncias.

O prefácio, do Prof. Doutor António Firmino da Costa, situa cientificamente o estudo e tece alguns comentários acerca da qualidade científica da autora.

Nas considerações introdutórias, esta investigadora do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES) do Instituto Superior de Ciência do Trabalho e da Empresa (ISCTE), chama à atenção para o facto de o consumo das novas drogas ocorrer particularmente associado a ambientes de lazer, festas, discotecas, mas igualmente em momentos recreativos (fins-de-semana, férias), o que traduz aquilo a que Gusfield (1987) considera ser uma das características centrais da sociedade dos nossos dias: a divisão do tempo em períodos de diferente qualidade e função. Além disso, a autora situa o trabalho na linha orientadora de investigação empírica e refere alguns dos autores portugueses que a integram. Neste contexto, aponta como principal objectivo da investigação a 'reflexão em torno das relações actuais entre ambientes recreativos (discotecas, festas), certos tipos de música (*house*, *techno* e outros), consu-

mo de novas drogas (como *ecstasy*) e estilos de vida jovens' (p. 3), esclarecendo que as referidas relações são identificadas a partir da perspectiva dos próprios consumidores, tendo sido analisados ambientes da região centro de Portugal.

Antes de passar ao Capítulo I, a autora fornece ainda informação relativa à estrutura da obra que integra, por esta ordem, uma discussão sobre os conceitos de 'novas drogas', consumidores e práticas ligadas a esse consumo e os contextos do mesmo; uma referência, ainda que global, às metodologias utilizadas na recolha de informação, finalmente, um último ponto é destinado à discussão dos resultados.

O Capítulo I, intitulado 'Mudanças' dirige a atenção para o aumento do consumo de substâncias no geral e, em particular, daquelas em que a composição deriva da investigação laboratorial: as *designer drugs*. Entre estas, o MDMA (metileno-dioxi-met-anfetamina), vulgarmente conhecido como *ecstasy*, X, E, Adam, que se apresenta geralmente na forma de comprimido ou pastilha, muitas vezes com um símbolo gravado e que terá sido sintetizado pela primeira vez em 1913, num laboratório alemão, funcionando como um supressor/inibidor do apetite. Atendendo à perigosidade dos seus efeitos, a sua utilização terapêutica foi proibida e a produção é ilegal, pelo que quem o fabrica não se encontra sob qualquer controlo de qualidade, podendo estes comprimidos conter outras substâncias só passíveis de serem identificadas laboratorialmente.

No Capítulo II, Susana Henriques fala das culturas juvenis de lazer, considerando que os jovens da actualidade são herdeiros de uma sociedade de consumo e de opulência em que o entretenimento e o lazer se assumem como importantes elementos dos critérios da estrutura social. Segundo a autora, 'o lazer também é assimilado pelo mercado e é definido por critérios de consumo que deram origem a uma activa indústria do lazer bem estabelecida e em expansão com papel activo na criação dos critérios de estilos de vida' (p. 9). Assim, identifica como eixo de problematização da sua pesquisa a forte ligação entre as drogas sintéticas, determinados estilos musicais, o circuito das festas, um estilo de vida jovem e uma concepção do mundo.

O Capítulo III é dedicado aos eixos teóricos consumidor/substância/contexto, sendo

referida a existência de uma relação dialéctica entre estes. Como tal, é abordado o conceito de risco e interligado com os estilos de vida contemporâneos, determinando quais os consumos e partindo da percepção de que os sujeitos são sujeitos-agentes, com capacidade de atribuir sentido às suas acções e escolhas. De notar que a autora defende que 'Consumir novas drogas é também um destes actos que dependem do significado que tem para o consumidor. Este significado é um produto social que deriva das actividades dos indivíduos em interacção e da forma como se interacciona esse acto enquanto símbolo' (p. 15). Em seguida, são explorados o contexto e o significado, sendo sublinhados os cenários de urbanidade, nos quais a música e a dança se assumem como elementos fundamentais. A música, nas suas dimensões psicofisiológica, emocional, cultural e estética está ligada à motricidade, a aspectos sensoriais e ao domínio dos afectos e, em associação com a dança, forma um modo de expressão em que o sujeito pode manipular os efeitos, alterando-os, exacerbando-os ou reduzindo-os por recurso a substâncias psicoactivas. Além destes aspectos, há a realçar não só o significado atribuído à substância, mas também a possibilidade de determinados consumos traduzirem tentativas de pertença a grupos específicos de consumidores, baseadas em crenças, valores e expectativas acerca do consumo e efeitos dessas mesmas substâncias.

Um quarto capítulo é dedicado à metodologia de observação, sendo referidos os recursos metodológicos utilizados: de carácter qualitativo, intensivo, relacionados com a etnografia, como sejam a observação participante e as histórias de vida. Para este efeito, houve uma aproximação a informantes privilegiados e o investigador familiarizou-se com o contexto, participando de modo informal, em diversas situações. No que diz respeito ao campo de observáveis, a pesquisa foi conduzida em discotecas de Coimbra, Leiria, Marinha Grande, S. Pedro de Moel e Caldas da Rainha. A amostra foi constituída por 20 indivíduos (15 homens e 5 mulheres), com idades compreendidas entre os 20 e os 27 anos, entrevistados de modo a obter informação acerca de quais as drogas em circulação, quais os rituais de consumo e quais os elementos capazes de diferenciar os grupos de consumidores relativamente aos seus objectivos e à importância dada às substâncias consumidas.

No capítulo seguinte, Susana Henriques caracteriza os ambientes de consumo como 'espaços recreativos que se constituem como espaços de socialização, na medida em que favorecem a interacção entre pares. Mas também porque aqui, 'os jovens agem de acordo com uma ordem ou sistema de valores que tende a diferir da predominante na esfera familiar' (p.25). Neste sentido, refere que os bares, as discotecas e as festas, de acesso mais ou menos restrito, são os que mais se salientam. Ainda neste capítulo, são descritas as substâncias incluídas na categoria de drogas sintéticas, ou seja, resultantes da investigação laboratorial. De acrescentar que, ao nível da reflexividade dos consumos, se verifica que as principais motivações para o início dos consumos estão ligadas à curiosidade, à aventura, à busca de prazer e à vontade de experimentar sensações descritas por outros. Também aqui é de mencionar a generalização e massificação dos consumos e a antecipação da idade de início destes. Relativamente à dimensão 'construção de alternativas', a autora verificou que, quer os espaços, quer os consumos que lhes estão associados, traduzem 'lógicas alternativas de libertação e identificação' (p. 42). Há como que uma procura de fuga ao dia-a-dia e uma forma de expressar independência em relação à família, tentando também alcançar o bem-estar e o prazer, inibir dificuldades e comunicar mais facilmente com os outros. Associado a estes aspectos, há ainda que ter em conta que o consumo de drogas sintéticas se distancia do estereótipo do toxicodependente, sendo muito mais conotado com uma imagem de energia, jovialidade e diversão. Quanto às práticas tóxicas, a presente investigação permitiu constatar que estas são voluntárias e têm por finalidade a obtenção de efeitos específicos relativamente à alteração dos estados de consciência e à facilitação da comunicação.

No VI Capítulo, os consumos em ambientes de lazer são apresentados como correspondendo a um risco cultivado, estando este relacionado com a dimensão de análise das representações e atitudes. Neste sentido, o risco cultivado surge como composto pela exposição voluntária ao risco (curiosidade), pela consciência dessa exposição (identificação dos riscos do consumo e do desconhecimento da composição química das pastilhas) e pela expectativa de ultrapassar o risco (há indivíduos que desistem do consu-

mo e outros que persistem, na tentativa de alcançar sensações mais intensas).

Por último, na Conclusão, e atendendo aos contributos deste estudo, é sugerido que as políticas relacionadas com as drogas promovam trajectórias de vida dos sujeitos, em particular dos jovens, em que estejam presentes experiências valorizadas de bem-estar que tornem dispensável o recurso a substâncias.

Ana Galhardo

Instituto Superior Miguel Torga

Fernanda Rodrigues (ed.). 2003. *Ação Social na Área da Exclusão Social*. Lisboa: Universidade Aberta. 160 pp. ISBN: 972-674-390-7.

Os estudantes são os principais destinatários deste livro, editado por Fernanda Rodrigues e co-autorado por Maria Manuela Figueira, num formato de manual e com três capítulos. No entanto, o seu conteúdo é também de grande interesse para profissionais e docentes da área social. Um dos contributos fundamentais da obra, o tema do primeiro capítulo, reside na compreensão do conceito de acção social, nomeadamente no seu sentido amplo. A acção social é entendida, por muitos autores, e até em discursos oficiais, numa perspectiva *stricto sensu* (Sposati), na qual a tarefa da acção social centra-se na minimização das condições de precariedade da população, através da prestação de auxílio financeiro e/ou em espécie, não existindo, por isso, preocupação quanto à alteração da estrutura social. Esta visão associa o conceito de acção social às funções e efeitos do seu desempenho, ou seja, considera a acção social como uma prática e não como uma política, como um espaço de reprodução da exclusão e não como mecanismo de universalização dos direitos sociais.

A perspectiva defendida pelas autoras, ao contrário, considera a acção social como área de política social (traduzida numa das funções do estado público) com potencialidades para se constituir como uma política específica, a par das demais. Trata-se de uma perspectiva *lato sensu* de cariz educativo e comunitário, tendo as suas acções simultaneamente um carácter compen-

satório, de criação de serviços e promocional. O objectivo central da acção social refere-se, aqui, à efectivação prática da cidadania e assenta numa lógica de descentralização com dotações orçamentais e estruturas próprias.

Neste seguimento, as políticas sociais e a acção social apresentam uma dupla função ideológica: a manutenção da coesão e harmonia social (que permite a legitimação do poder instituído) e o acesso a recursos e direitos por parte das populações excluídas. Apesar desta concordância, a lógica macro-ética de universalidade reveste as políticas sociais de um carácter homogeneizador que não lhe permite atender as diferenças e particularidades, enquanto, ao contrário, a matriz micro-ética e individual da acção social permite actuar na especificidade e particularidade. A acção social é exercida, assim, numa lógica selectiva e integrativa que lhe confere um potencial de inclusão, ao promover o despiste e o atendimento de necessidades insatisfeitas e ao implementar novas e adequadas modalidades de apoio, embora com o perigo de permitir a manutenção da população na condição de assistida.

Na actualidade, o conceito de cidadania envolve a dimensão de participação e representação, pelo que o exercício de cidadania passa a integrar indissociavelmente a noção de direito e dever. Esta duplicidade é introduzida na formulação das políticas sociais que passam a reivindicar a condição de políticas activas, deixando de ser a indivíduos, alvos das medidas, considerados como meros receptores, para serem vistos como agentes da própria operacionalização. Trata-se de uma nova forma de regulação social – regulação negociada (Paugam) – onde existe partilha de responsabilidade social entre o estado, as entidades públicas e privadas e a população destinatária das medidas.

A concepção de acção social (que veio a substituir a designação de assistência social) como direito refere a relação que tem estabelecido com o sistema de segurança social, baseado no princípio da universalidade e unidade. Esta característica, segundo as autoras, conferiu-lhe um potencial de representação de política pública que, apesar de presente nos discursos políticos, não se concretizou. Deste modo, a acção social aproximase, em termos de conteúdo substantivo, da assistência social.

A análise efectuada sobre a acção social, neste primeiro capítulo, permite considerar